

# SUMÁRIO

---

<b>Introdução</b> .....	19
<b>Capítulo I – Considerações Iniciais</b> .....	21
<b>Capítulo II – A Função Jurisdicional e o Acesso à Ordem Jurídica Justa</b> .....	25
2.1 Meios de Solução de Conflitos .....	26
2.1.1 Autocomposição .....	27
2.1.2 Heterocomposição .....	27
2.2 Evolução dos Meios de Solução de Conflitos .....	28
2.3 Objetivos do Processo .....	31
2.4 Meios Alternativos de Pacificação Social .....	32
2.5 Acesso à Ordem Jurídica Justa .....	33
2.6 A Efetividade do Processo .....	34
<b>Capítulo III – Evolução dos Conflitos – das Lides Individuais para a Sociedade de Massa</b> .....	37
3.1 Os Direitos Transindividuais .....	38
3.2 Direitos Difusos .....	39
3.3 Direitos Coletivos .....	42
3.4 Direitos Individuais Homogêneos .....	45
<b>Capítulo IV – Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos</b> .....	49
4.1 Abrangência Legal da Tutela de Direitos Coletivos e da Tutela Coletiva de Direitos .....	51
4.2 Ação Civil Pública e Ação Coletiva: Possibilidade de Utilização dos Termos como Sinônimos .....	52
<b>Capítulo V – Antecedentes Históricos das Ações Coletivas</b> .....	55
5.1 A Dualidade de Jurisdição na Origem do Direito Anglo-Saxão: <i>Law</i> e <i>Equity</i> .....	55



5.2	O Surgimento do <i>Bill of Peace</i> .....	56
5.3	A Unificação dos Sistemas nos EUA .....	58
<b>Capítulo VI – Princípios do Processo Coletivo</b> .....		59
6.1	Princípio do Amplo Acesso à Justiça e Participação Social .....	61
6.2	Princípio da Prioridade na Tramitação e da Duração Razoável do Processo .....	64
6.3	Princípio da Máxima Efetividade do Processo Coletivo e Flexibilização Procedimental (Instrumentalidade da Tutela Coletiva) .....	65
6.4	Princípio da Não Taxatividade e da Tutela Coletiva Adequada .....	66
6.5	Princípio da Disponibilidade Motivada (ou Indisponibilidade Temperada) e da Proibição do Abandono da Ação Coletiva .....	67
6.6	Princípio da Obrigatoriedade da Execução Coletiva .....	67
6.7	Princípio do Ativismo Judicial .....	68
<b>Capítulo VII – A Ação Coletiva para Tutela de Interesses Individuais Homogêneos – Reparação de Danos Individuais</b> .....		71
7.1	Legitimidade Ativa .....	73
7.2	Ausência de Legitimidade do Cidadão .....	74
7.3	Natureza Jurídica da Legitimidade Ativa nas Ações Coletivas .....	77
7.4	Legitimação do Ministério Público .....	80
7.5	Legitimação da Defensoria Pública .....	85
7.6	Legitimação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	85
7.7	Legitimação dos Entes Públicos Sem Personalidade Jurídica .....	86
7.8	Legitimação das Associações .....	86
7.8.1	A desnecessidade de autorização assemblear .....	87
7.8.2	Representatividade adequada .....	88
7.8.3	Dispensa judicial dos requisitos da representatividade adequada... 90	
7.8.4	A possibilidade de controle judicial da representatividade adequada .....	90
7.9	Competência .....	93
7.9.1	A questão da competência à luz da Lei 9.494/97 .....	96
7.10	Publicidade da Demanda e da Condenação .....	97
<b>Capítulo VIII – Condenação Genérica</b> .....		101
8.1	A Interpretação Adequada do Art. 95 do CDC - O Real Alcance da Generalidade da Sentença .....	106
8.2	Proposta <i>De Lege Ferenda</i> – Liquidação de Sentença Sem Prejuízo da Execução do Valor Estipulado em Sentença Coletiva .....	111

8.3 A Sentença Coletiva que Fixa Valor por Arbitramento Deve Ser Considerada Parte Líquida e Parte Ilíquida.....	114
<b>Capítulo IX – A Superioridade da Tutela Coletiva e o Interesse Processual nas Ações Coletivas para a Reparação de Danos Individuais ..</b>	<b>117</b>
<b>Capítulo X – Liquidação da Sentença Prevista no Art. 97 do CDC .....</b>	<b>121</b>
10.1 Legitimidade do Réu para Requerer a Liquidação de Sentença .....	125
10.2 Prazo para Requerimento de Liquidação de Sentença .....	127
10.3 Foro Competente para o Requerimento de Liquidação da Sentença .....	128
<b>Capítulo XI – Execução da Sentença Proferida no Processo Coletivo para a Reparação de Danos Individuais .....</b>	<b>129</b>
11.1 <i>Fluid Recovery</i> .....	129
11.2 Execução das Indenizações Individuais Fixadas em Sentença Genérica.....	133
11.3 Peculiaridades.....	133
11.4 Início do Cumprimento da Sentença.....	135
11.5 Meios de Defesa do Devedor no Cumprimento da Sentença Coletiva .....	137
11.6 Matérias de Defesa em Impugnação no Cumprimento da Sentença Coletiva .....	139
<b>Capítulo XII – Considerações Gerais Sobre a Coisa Julgada.....</b>	<b>143</b>
12.1 Coisa Julgada nas Ações que Tratam da Defesa de Interesses Difusos, Coletivos ou Individuais Homogêneos .....	145
12.2 A Extensão da Coisa Julgada em Relação aos Direitos Transindividuais.....	146
12.3 Sistema de Coisa Julgada nas Ações que Tratam de Direitos Difusos e Coletivos.....	147
12.4 Sistema de Coisa Julgada nas Ações Coletivas para Reparação de Danos Individuais.....	147
12.5 Transferência <i>In Utilibus</i> da Coisa Julgada às Ações de Indenização Individuais por Danos Pessoalmente Sofridos.....	148
<b>Conclusões .....</b>	<b>149</b>
<b>Referências .....</b>	<b>153</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>157</b>
<b>Índice Alfabético .....</b>	<b>197</b>